



Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação.

Autora: Beatriz Mugayar Kühl

Editorial: Atelie Editorial, São Paulo, 1998

ISBN: 978-85-858-5165-1

Páginas: 436

Considerando como base a utilização do ferro e o desenvolvimento das técnicas construtivas envolvidas no seu aprimoramento e manuseio, a produção das edificações representantes da arquitetura do ferro teve início no final do século XVIII. Assim, apesar deste material ter sido utilizado no Brasil em maior escala apenas no final do século XIX, Beatriz Mugayar Kühl começa a obra “Arquitetura do Ferro e a Arquitetura Ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação” a partir da ponte construída sobre Sarven, em Coalbrookdale, Inglaterra (1777-

1781), e pela inauguração da ferrovia entre Liverpool e Manchester (1830).

O resgate do início da história ferroviária está relacionado com a metodologia empregada na obra, a qual procurou enquadrar a história da arquitetura do ferro e da arquitetura ferroviária do Brasil em um cenário mais abrangente. Semelhante ao trabalho de Bertrand Lemoine (1986), este livro não só atinge o objetivo de inserir o país nas discussões sobre a preservação desse tipo de patrimônio construído, como também evidencia o seu pioneirismo dentro dos estudos sobre as teorias e técnicas da conservação no país. Apresenta-se dividido em duas partes: a história da arquitetura do ferro e a apresentação das teorias e técnicas para a sua preservação. A importância do conhecimento sobre os sistemas construtivos mostra-se muito presente no decorrer da leitura, sendo ainda complementado por um apêndice que contém descrições do Sistema Danly e do emprego do ferro e do aço em diversas soluções construtivas.

O tema parte de uma contextualização global para apresentar estudos de casos mais restritos, focando as análises em edifícios ferroviários com estrutura metálica aparente, os quais participaram da fase pioneira da expansão ferroviária no Brasil, e construídos entre Jundiaí e Rio Claro no estado de São Paulo. Na apresentação do desenvolvimento das técnicas e do uso do ferro nas construções de pontes, espaços cobertos, esqueletos, construções comerciais, passagens, galerias e mercados cobertos, a autora realça o

pioneirismo britânico nos métodos de produção, o francês no desenvolvimento dos cálculos de engenharia e o domínio do estilo historicista na arquitetura do ferro. Nesta parte do livro são encontradas algumas referências sobre o Brasil ao serem citadas indústrias europeias que estiveram presentes nas obras executadas no país. No entanto, foi após a apresentação da história da arquitetura do ferro na América Latina que o Brasil passa a ser o espaço geográfico analisado.

Ao longo dos relatos mais específicos, o texto evidencia a dificuldade encontrada pela autora na busca de registros sobre a arquitetura do ferro no Brasil, pois esta passou a ganhar expressão no país quando os processos de produção e utilização do ferro fundido, do ferro laminado, da soldagem, da galvanização, da pré-fabricação, do ferro corrugado e do aço, já deixavam de ser grandes inovações, sendo os materiais e técnicas importados do estrangeiro, uma prática que, em referências como *Une Architecture Nomade: Les gares belges en métal à travers le monde* (2017), mostra-se presente em outros países.

Através do estudo de exemplares da arquitetura do ferro nas cidades de Belém, Manaus, Recife, Fortaleza e outras do Rio Grande do Sul, a sua apresentação é feita através de uma metodologia definida pela autora como “enciclopédica”, sistematizando e descrevendo cada obra, dando maior ênfase aos edifícios da cidade de São Paulo, quando acontece a introdução da história da arquitetura ferroviária do

seu estado, onde a ferrovia chegou em 1875.

A obra descreve em detalhes os edifícios de ferro mais representativos, construídos entre 1860 e 1910, localizados seguindo a linha ferroviária que parte do porto de Santos. Tal trecho ferroviário estimulou a ocupação do planalto paulista, colocando o Brasil em destaque na exportação do café, um assunto já explorado por autores como o economista Wilson Cano (1975) e o geógrafo francês Pierre Mombeig (1984). Assim como François Caron (2005), pioneiro no campo da história ferroviária na França, ao trata sobre a arquitetura a autora parte da descrição das “classes” das diferentes tipologias de estações ferroviárias, para posteriormente aprofundar e detalhar as estações ferroviárias de Campinas, Louveira, Vinhedo, Valinhos, Americana e Rio Claro, contextualizando assim os seus casos de estudo e finalizando a primeira parte do livro.

Na segunda parte, Kühl recua no tempo mais uma vez e apresenta as práticas de restauração que emergiram em paralelo ao surgimento da preocupação com os monumentos históricos. As intervenções no Arco de Tito, no Coliseu, o pioneirismo francês na legitimação da restauração, as teorias de Prosper Merimée, Viollet-le-Duc, Ruskin, Luca Beltrami, Camillo Boito, Camillo Sitte, Alois Riegl, a Exposição Universal de Paris de 1889, as Cartas de Atenas e a Carta de Veneza foram apresentadas como uma sequência de fatos que conduz o leitor às teorias e metodologias mais modernas da restauração. O enquadramento da

legitimação da preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil foi feito a partir do momento de criação da Carta de Restauro de Atenas (1931), criada na década em que as iniciativas em nível Federal no país começaram a ganhar espaço.

Sem deixar de citar a Semana de Arte Moderna (1922), marco das manifestações artísticas no Brasil, a autora apresenta o amadurecimento das áreas da preservação e restauração como um período de descoberta de uma identidade nacional. Nota-se aqui que, apesar da influência da vanguarda européia ser constante, os interesses brasileiros seguiram em direção oposta. Ao mesmo tempo que os europeus começaram a romper com a sua “pesada herança cultural”, os brasileiros tentaram resgatar uma identidade nacional ligada a um passado distante, anterior à chegada dos europeus, um método de recuperação e preservação cultural que resultou na destruição de inúmeros edifícios construídos no período da colonização.

É através do aprofundamento dos termos “arqueologia” e “industrial”, que a autora começa a retomar o seu tema principal. Reforçando o carácter interdisciplinar do campo do patrimônio industrial são apresentadas práticas de restauração e reabilitação aplicadas em diferentes tipologias da

arquitetura do ferro. Os aspectos técnicos são abordados com grande profundidade, apontando conhecimento e considerações necessárias para o planejamento de uma intervenção. As divergências teóricas e práticas dos vários métodos de preservação e restauração trazidas pela autora ainda se mostram muito atuais, estando constantemente presentes em trabalhos de teóricos brasileiros como Maria Cristina Schicchi, Cristina Meneguello e Eduardo Romero de Oliveira.

Com o objetivo de atingir diversos tipos de público, a organização do texto trabalha o tema de forma clara e repleta de ilustrações. Ao longo de todo o estudo, além de situar o Brasil no contexto internacional, o leitor ganha um conhecimento abrangente da evolução de metodologias de preservação e restauração, proporcionando uma reflexão sobre a importância dos estudos metodológicos no campo da preservação patrimonial, já que o bem a ser conservado, seja ele material ou imaterial, está sujeito à aplicação de definições e conceitos preestabelecidos que tendem a ser modificados juntamente com as transformações socioeconômicas e culturais.

Fernanda de Lima Lourençetti
CIDEHUS-Universidade de Évora